

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE NO CONTEXTO DA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL¹

TERRITORIAL RURAL DEVELOPMENT OF PANTANAL MATO-GROSSENSE IN THE ENVIRONMENT SENSITIZATION CONTEXT

Icléia Albuquerque de Vargas²

RESUMO

A análise do desenvolvimento territorial de um determinado espaço requer a apreensão do território em seu processo de construção e reconstrução permanente, envolvendo necessariamente a compreensão de sua complexidade. Na atualidade, aos territórios é atribuído o papel central no processo de desenvolvimento. As ações de planejamento, cada vez mais adquirem dimensões territoriais. O espaço de ação se constrói a partir da ação entre indivíduos e o ambiente em que estão inseridos. Os territórios adquirem a função de agentes de transformação social, deixando de ser vistos apenas como suportes de recursos físicos. As áreas rurais são cada vez mais valorizadas pela sua função ambiental. Essa nova significação dos espaços rurais toma forma quando a sensibilização ambiental promove novas percepções sobre um ambiente natural. A sensibilização ambiental, aliada à abordagem territorial, contribui para a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, atenuando a dicotomia espacial entre o campo e a cidade. No Pantanal Mato-Grossense, algumas experiências, tidas como inovadoras, avançam pelo território. E o caso do Parque Natural Regional do Pantanal, em Mato Grosso do Sul. Após a década de 1960, quando o Pantanal desponta como uma imensa região de rica biodiversidade, conflagra-se uma nova situação: as práticas seculares estabelecidas pelos fazendeiros nesse imenso território vão sendo questionadas. Para a população externa o ambiente Pantanal se traduz em ambiente desejado, patrimônio, espetáculo, paisagem sagrada. Para seus habitantes o ambiente é visto e sentido a partir de uma perspectiva utilitária, e também como o meio social, o mundo vivido. Essa duplicidade de sentidos impossibilita o alcance, por parte de modelos externos, das especificidades do Pantanal. "Ver e sentir" o lugar para os estrangeiros nem sempre corresponde à maneira de "ver e sentir" dos pantaneiros.

PALAVRAS-CHAVE:

Território, Meio Ambiente, Sensibilização Ambiental, Desenvolvimento Rural, Pantanal Mato-Grossense.

¹ Artigo elaborado a partir da tese de doutorado intitulada "Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Mato-Grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa", defendida em fevereiro de 2006 no programa interdisciplinar de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR-Brasil.

² Geógrafa e Mestre em Educação pela UFMS, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. E-mail: icleivargas@yahoo.com.br

ABSTRACT

The analysis of the territorial development of a given place requires the apprehension of the territory on its construction and permanent reconstruction process, necessarily involving the comprehension of its complexity. Currently, the central role in the development process is attributed to the territories. The actions of planning, more and more gain a territorial dimension. The space of action is built up from the intercourse between individuals and the environment where they live in. The territories have then the role of agents of social transformation, and are not seen anymore only as a supply of physical resources. The rural areas are more and more valued due to their environmental function. This new sight of the rural spaces becomes evident when the environmental sensitization promotes new perceptions on a natural environment. The environmental sensitization, allied to the territorial approach, contributes to surpass the sectorial focus of the economical activities, diminishing the spatial dichotomy between the city and the country side. In Pantanal Mato-Grossense, some experiences, seen as innovative, are being spread over the territory. One example is the Nature Regional Park of Pantanal, in Mato Grosso do Sul. After the 1960's, when Pantanal appears as a huge region of rich biodiversity, a new situation is set: the secular practices established by the ranchers all over this immense territory began to be questioned. To the external population, the environment Pantanal can be translated as a desired place, patrimony, spectacle, sacred landscape. For its inhabitants the place is seen and felt in an utilitarian perspective, and also as their social environment, the world where they live. This duplicity of feelings makes impossible for external models to reach the specificities of Pantanal. "See and fell" the place for the foreigners is not always the correspondent manner of "seeing and felling" for the local people.

KEY-WORDS:

Territory, Environment, Environmental Sensitization, Rural Development, Pantanal Mato-Grossense.

1. INTRODUÇÃO

O Pantanal Mato-grossense apresenta-se como um território pleno de atributos que o singularizam no cenário mundial. Seu ambiente natural constituído por um mosaico de ecossistemas em constante interação e completo dinamismo, apresenta rica biodiversidade e atua também como fator de equilíbrio ambiental para as águas da América do Sul.

Localizada no centro do continente Sul-americano, a grande planície do Pantanal ostenta o status de área protegida através de inúmeros títulos: Patrimônio Natural

da União, Sítio do Patrimônio Mundial Natural, Reserva da Biosfera Mundial³. Nesta vasta região tradição e modernidade coexistem espacialmente entre interesses diversos e conflitantes: área de preservação ambiental, área de produção, população tradicional, emergência de novos atores, paisagem de especial beleza cênica, ecossistemas frágeis, atividades econômicas modernas e tradicionais, implementação de novas políticas públicas e de novos modelos de gestão e ordenamento territorial, etc.

O título de *Sítio do Patrimônio Mundial Natural*, concedido pela Unesco ao Pantanal, segundo entendimento de representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil⁴, revela um reconhecimento internacional daquilo que Brasil faz pelo desenvolvimento da humanidade e conservação da natureza. O Pantanal é visto como um ecossistema único no mundo, concentrando enorme riqueza de biodiversidade e possuindo uma cultura única, a cultura pantaneira. Na medida em que o país escolhe um determinado bioma e separa o que ele chama de sua melhor parte e a conserva, a preserva para que se tenha uma memória genética, a humanidade como um todo estaria reforçando o esforço que o país faz para manter aquele pedaço preservado. O Pantanal foi escolhido, segundo informações do MMA, por constituir-se na maior planície alagável do mundo, cumprindo uma função importante de equilíbrio ambiental das águas da América do Sul e apresentando-se como um ponto obrigatório de passagem de pássaros migratórios.

2. O PANTANAL MATO-GROSSENSE COMO EXPRESSÃO PAISAGÍSTICA E TERRITORIAL

Considerado a maior extensão de terras úmidas contínuas do planeta⁵, localizado no centro da América do Sul, o Pantanal Mato-grossense distribui-se em uma

³ A Reserva da Biosfera é um instrumento de planejamento regional para um desenvolvimento integrado e sustentável das regiões que a reserva abarca. O governo brasileiro tem como política, ditada pelo Ministério de Meio Ambiente, criar uma reserva por bioma. Os biomas são: da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, dos campos sulinos e da Zona Costeira e Plataforma Continental. Desses sete, cinco receberam o título de Reserva da Biosfera declarado pela UNESCO. A reserva é uma parte do bioma. É uma área onde se buscam estruturas que modelam o desenvolvimento sustentável do bioma como um todo. Caso esses modelos sejam bem sucedidos, serão aplicados em todo o bioma. Simplificando: ser uma Reserva da Biosfera significa estudar parte do bioma para modelar o desenvolvimento sustentável em todo o Pantanal. Disponível em: http://www.mercedessanchez.com.br/pantanal/biosfera_entrevista.htm, acesso em 15/04/2004.

⁴ Entrevista com Fredmar Corrêa, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, membro do Comitê Interstadual de Monitoramento do Programa Pantanal e também membro do Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal. Disponível em: http://www.mercedessanchez.com.br/pantanal/biosfera_entrevista.htm, acesso em 15/04/2004.

⁵ O Pantanal Mato-grossense é definido como "a maior planície de inundação contínua do planeta", segundo a Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CIMA. Fonte: <http://www.riosvivos.org.br/pantanal/>.

área de quase 140 mil quilômetros quadrados, pelos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em território brasileiro, além de uma parcela menor que se estende em áreas da Bolívia e Paraguai. No Brasil, sua maior parte, cerca de 65% da área total, localiza-se na porção Oeste de Mato Grosso do Sul.

O clima predominante no Pantanal é quente e úmido no verão; e frio e seco no inverno. A região é uma planície aluvial influenciada por rios que drenam a *Bacia do Alto Paraguai* – BAP, onde vivem e se reproduzem fauna e flora de rara beleza e abundância. Basicamente, reúne ecossistemas derivados de quatro grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica. Estes se caracterizam por cerrados e cerradões sem alagamento periódico; por campos inundáveis; e por ambientes aquáticos, tais como lagoas de água doce ou salobra, rios, vazantes e *corixos* (cursos d'água intermitentes). Seus solos, em sua maior parte, são arenosos e suportam pastagens nativas utilizadas pelos herbívoros originais do local e pelo rebanho bovino. Devido à baixa declividade dessa planície, a água precipitada nas cabeceiras do rio Paraguai sofre escoamento lento, podendo levar mais de quatro meses para atravessar todo o Pantanal.

O Pantanal é suscetível a inundações periódicas com intensidade e duração variadas. A estas enchentes cíclicas é atribuída a responsabilidade pelo equilíbrio do sistema ecológico de toda a região. No período das águas, as pastagens naturais são revigoradas proporcionando boas condições para a manutenção do rebanho bovino e dos demais herbívoros. Também nesse período são reabastecidos os *corixos* e a “baías” (imensas lagoas) da região. A abundância de água implica na abundância de vida animal e vegetal. Cursos d'água e lagoas servem de habitat para numerosas espécies de vegetação aquática, conhecidas regionalmente por aguapés e camalotes, podendo constituir verdadeiras “ilhas” na imensidão hídrica. Por outro lado, a ictiofauna e a avifauna pantaneiras também são revigoradas pelo fenômeno das enchentes.

Nesse ambiente foram implantadas formas de apropriação que resistem ao tempo, manifestando-se segundo antigos conceitos e tradições, consideradas por muitos como responsáveis pela conservação do ambiente, da paisagem e de sua gente. A pecuária extensiva de bovinos é a principal atividade econômica na região. Implantada no século XVIII, quando da formação dos primeiros latifúndios no Pantanal, esta atividade tem sido interpretada por muitos como determinante na manutenção da sócio-biodiversidade da região.

Sociedade e natureza no Pantanal ainda apresentam formas peculiares que contribuíram para o fortalecimento de uma concepção conservacionista, estimulada a partir das décadas de 1980 e 1990, época que coincide com os momentos de projeção do movimento ambientalista no Brasil e com o período de construção da nova unidade federativa, o Estado de Mato Grosso do Sul, implantado no ano de 1979. O novo território, um “pedaço” do antigo Mato Grosso, que abarca 70% da planície do Pantanal, necessitava se colocar no cenário nacional e, para isso, precisava engendrar sua própria identidade. É possível, portanto, atribuir à reorientação promovida pelo movimento de conscientização político-ambiental deflagrado no Estado, grande parte da responsabilidade pela implantação ou pelo fortalecimento de uma identidade mais ambiental, portanto, uma identidade paisagística e territorial.

A condição de valoração e projeção do Pantanal, nas últimas décadas do século XX, contribuiu para exacerbar o enfoque ambientalista na construção dessa identidade. A saga dos coureiros⁶, a mineração ao Norte, a moderna e agressiva agricultura no planalto circundante, dentre outras atividades econômicas irregulares, foram projetadas na mídia, mobilizando a opinião pública e motivando a implementação de políticas e criação de organismos direcionados aos assuntos ambientais.

O Pantanal, como paisagem emblemática, agrega muito valor simbólico com fortes poderes de sedução. O sucesso do Pantanal na mídia e todo o processo de sensibilização ambiental encaminham Mato Grosso do Sul a uma identidade fortemente associada às características do seu novo território constituído. A territorialidade pantaneira se manifesta tão fortemente no Estado que há, inclusive, uma forte e polêmica corrente em defesa da mudança de seu próprio nome para “Pantanal”. Isso também revela o quanto um território, para se consolidar como tal, necessita de algum tipo de identificação e valoração simbólica por parte de seus habitantes.

3. A IDENTIDADE TERRITORIAL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

A cultura pantaneira, engendrada por muito tempo em relativo isolamento, hoje ganha destaque internacional por sua singularidade e, sobretudo, por fazer parte da paisagem e território do Pantanal, amplamente divulgados. Deflagra-se uma identificação

⁶ Caçadores de jacarés que sobreviviam com a venda do couro desse réptil que alcançava bom preço no mercado internacional.

do homem com o meio, com o território, com a paisagem amplamente veiculada na mídia. Esse processo de identificação e valoração espaciais se estende aos visitantes e a todos que de alguma forma têm acesso às imagens e idéias divulgadas.

Da mesma forma, o território absorve as características identitárias, construídas historicamente, e tudo isso se encaminha para a paisagem (a paisagem é resultado). A identidade, portanto, é parte integrante do complexo sistema território-paisagem, enquanto um campo de disputa de todos os sentidos. E a dimensão cultural aborda o território como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial.

A identidade fundamentada no território estrutura-se na alusão a esse território, simbólico e/ou concreto. O território se apresenta em suas múltiplas perspectivas em diferentes recortes geográficos. O Pantanal, enquanto um território constituído de vários “pantanais” se oferece como paisagem, para representar a gente que nele e dele vive.

Nogueira assegura ser o Pantanal um sistema ecológico que não se completa apenas com o conjunto de uma avifauna e de uma flora variadíssimas, pois “muito mais importante é o homem que nele vive tanto na condição de dono da terra, quanto na de vaqueiro, empreiteiro, bagualeiro, garimpeiro, balseiro, pescador, etc.” (NOGUEIRA, 1990, p. 12). A autora vê o pantaneiro como um *ambientalista nato* que, no convívio diário com o ambiente, aprendeu a fazer a leitura da natureza, a fim de captar suas mais sutis transformações. Além disso, acredita que, por estar perfeitamente adaptado ao ambiente natural do Pantanal, pode-se considerar o homem local um “quase anfíbio” que tem se revelado grande conhecedor do ambiente, desenvolvendo profundos saberes necessários à sua sobrevivência na região.

Como visto, as virtualidades naturais da região promoveram formas de apropriação que resistiram ao tempo, como a pecuária extensiva de bovinos que se destaca como a principal atividade econômica no Pantanal.

O cavalo e o boi foram introduzidos no Pantanal pelos conquistadores espanhóis ainda no século XVI, quando de suas incursões pela região. Sabe-se que o gado bovino de origem européia, com o passar do tempo, foi adaptando-se ao ambiente pantaneiro, tendo sofrido uma degeneração, transformando-se no chamado *tucura* ou *boi pantaneiro*. Mais tarde, houve inúmeras incursões de rebanhos bovinos, sobretudo os

zebuínos (de origem indiana), que hoje vêm se constituir na raça *nelore*, prevalecente no rebanho pantaneiro da atualidade.

Banducci (1995) afirma que, junto com os rebanhos bovinos vieram para o Pantanal, também, os desequilíbrios inerentes ao regime pastoril, reproduzindo na região as contradições e desigualdades próprias da estrutura fundiária brasileira. De todas as atividades desenvolvidas no Pantanal, a pecuária é a mais determinante, tanto do ponto de vista econômico, quanto ocupacional. “Foi ela que realmente possibilitou a expansão humana na região, pois o gado, adaptando-se ao ambiente, permitiu que o vaqueiro penetrasse os lugares mais inóspitos e, apesar de todos os reveses, lá permanecesse e constituísse fazendas” (BANDUCCI, 1995, p. 24).

E assim, com o avanço da pecuária bovina se deu a ocupação do território pantaneiro. Entretanto, a partir do final do século XX, com o advento da chamada globalização e, em conseqüência, com a emergência imposta pelo mercado mundial, a pecuária do Pantanal, formatada em moldes tradicionais, passou a vivenciar sérias crises por não corresponder aos ditames da modernidade que exigem produção em série, abundante, de baixo custo, em áreas cada vez mais reduzidas, com alto consumo de insumos.

Entretanto, o Pantanal, mesmo tendo a pecuária pouco valorizada por não ter assimilado muitas das práticas impostas pela modernização agrícola, não deixou de vivenciar sérios problemas sócio-ambientais provocados pelo avanço indiscriminado da moderna exploração agroindustrial, desencadeada na segunda metade do século XX, quando a revolução agrícola toma conta da paisagem do Centro-Oeste brasileiro. Por tratar-se de uma imensa planície de inundação e sedimentação, o Pantanal fica suscetível ao recebimento de detritos e sedimentos contaminados por metais pesados ou por agrotóxicos, oriundos de atividades desenvolvidas nas regiões de planalto da BAP. A contaminação das águas e dos solos do Pantanal por resíduos agroquímicos promove alterações significativas na vida animal e vegetal, interferindo nos ciclos reprodutivos. Os principais rios que percorrem a planície têm sido constantemente preenchidos por cargas consideráveis de sedimentos descarregados pelo planalto, ocasionando sérios problemas de assoreamento que, constantemente, se traduzem em alterações nas dinâmicas de enchentes-vazantes, afetando substancialmente os ecossistemas pantaneiros. A bovinocultura, ainda que considerada de baixo impacto para a região, gradativamente vai substituindo as pastagens nativas por exóticas e, para isto, promove o desmatamento das

cordilheiras, áreas estas que apresentam pequena elevação altimétrica na imensidão plana do Pantanal, apresentando-se mais imunes às inundações, constituindo-se em extensos cordões arenosos, com vegetação mais densa, servindo de abrigo para a fauna em épocas de cheia, assim como para a implantação de edificações e demais benfeitorias nas fazendas pantaneiras. São também consideradas ameaças à sócio e biodiversidade do Pantanal, a caça e a pesca clandestina e o turismo desordenado, dentre outras.

Na perspectiva da antropologia, a gente pantaneira estaria muito próxima do mundo natural. Banducci (1999) observa que nas fazendas de gado do Pantanal os animais impõem o ritmo da vida, em especial a do peão de gado.

Eles estão presentes no cotidiano do vaqueiro. Ora são vistos como estando próximos do universo humano, da cultura, ora como distantes, junto ao domínio da natureza e, como tal, são amados, temidos ou odiados. Através deles os peões expressam suas qualidades pessoais, transitam pela hierarquia de valores do mundo pastoril, conquistando o respeito da comunidade ou sua reprovação. Os animais são intermediários no diálogo dos homens com a natureza e consigo próprios (BANDUCCI, 1999, p. 120).

A íntima interação sociedade-natureza no Pantanal é expressa na perspectiva do peão pantaneiro: homens e seres naturais integram um mesmo mundo indissociado, estando todos sujeitos às mesmas forças que o governam. Isso leva esses homens a respeitar essas forças, de caráter natural, social ou sobrenatural, bem como os seres com os quais se inter-relacionam, para a manutenção do equilíbrio da vida (BANDUCCI, 1999).

Após duzentos anos de ocupação fundada em uma prática econômica hegemônica, a pecuária extensiva, com seus respectivos contextos sócio-culturais, a modernidade e as tendências globalizantes se intensificam no Pantanal, a partir das últimas décadas do século XX, provocando uma crise. Acredita-se que, na realidade, foram estabelecidas várias crises: crise identitária, quando a gente pantaneira passa a ter contato mais estreito com os moradores das cidades ou com os imigrantes que passam a integrar o espaço vivido ou, ainda, com os turistas que para lá se dirigem, ou mesmo por estar mais exposta aos veículos midiáticos; crise econômica porque em sociedade produtivista não é fácil a sobrevivência de atividades econômicas que resistem às inovações tecnológicas, sobretudo as atividades do setor primário; crise ambiental, porque

a paisagem do Pantanal foi projetada mundialmente pela mídia, no momento em que a humanidade decidia rever e avaliar as suas relações com o mundo natural; crise social, em parte em função das alterações nas relações trabalhistas tradicionais, provocadas pela substituição de muitos dos proprietários das terras pantaneiras, que passam a ser gerenciadas por pessoas de hábitos estranhos à região, ou mesmo pelas alterações na exploração da terra. Enfim, a contemporaneidade para o território do Pantanal tem se revelado como um palco onde se travam infinitas lutas e onde imperam muitas incertezas. Tudo isso contribui para aprofundar a complexidade da relação sociedade-natureza no território pantaneiro.

Leite, ao analisar os depoimentos dos peões condutores de gado no Pantanal, admite que suas falas:

(...) indicam que as transformações advindas com a modernização da pecuária – simbolizada pelos leilões, pelos caminhões e principalmente pela mudança de valores éticos – reforçam a imagem do passado positivo, reconstituída como contraponto ao contemporâneo degenerativo (LEITE, 2002, p. 190-191).

O autor considera extremamente singulares as formas “de enfrentar o novo em uma atividade tradicional, cuja característica fundamental é a mobilidade espacial, ainda que ela não signifique mudança de endereço” (Ibid., p. 192). A mobilidade espacial é própria do condutor de gado enfocado e, a sua maneira, inserido em um processo também peculiar de modernidade. Ao sondar a memória dos condutores de boiada, Leite compreende a maneira pelas quais as “comitivas”⁷ e seus integrantes enxergam as transformações e constata:

(...) as mudanças os incomodam, não só porque interferem na remuneração de seu trabalho, ou porque aproximaram os pontos finais das comitivas, mas, sobretudo, por conta da sensação de envelhecimento de valores morais tanto apreciados e ao que parece praticados, os quais vão sendo abandonados, substituídos por novos e modernos procedimentos (Ibid., p. 190).

Entretanto, ao mesmo tempo em que a modernidade é modificadora, ela é reincorporadora de antigos sentidos. As crises estabelecidas certamente conduzirão à transformações do território e de seu habitante. Os conflitos gerados se acentuam pela

⁷ Comitiva – Grupo de peões que acompanha o boiadeiro na condução de uma boiada.

imposição dos fatos, podendo, contudo, atingir uma síntese entre a cultura moderna que se impõe e o saber local que resiste.

A perda da condição da vida conhecida, ou seja, de seu mundo vivido, contribui para acentuar no indivíduo pantaneiro um sentimento de baixa estima. No contexto de ambivalência entre o primitivo e o moderno, uma das tendências seria a idealização e a defesa de uma forma de vida não mais existente, do espaço vivido e de seu território do passado. Ao mesmo tempo, essa regressão ao passado vem sendo estimulada pela modernidade de tendências globalizantes que, muitas vezes, apresenta-se como reincorporadora de antigos sentidos.

4. PANTANAL: UM PATRIMÔNIO NATURAL DIANTE DA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

A emergência do processo de patrimonialização que se instaura no âmbito global busca se apoiar nas legitimidades históricas ou geográficas dos territórios, promovendo resgates do passado. O patrimônio surge com o advento das sociedades modernas, como um artifício voltado para o fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico, uma síntese simbólica de valores identitários que contribuem para um sentimento de pertencimento e de identificação de um coletivo social.

A produção do patrimônio busca se apoiar nas legitimidades históricas ou geográficas, mas ela não tem um caráter de automaticidade, ou seja, são os produtores do patrimônio que elegem os elementos a serem patrimonializados, não sendo, todavia, as qualidades intrínsecas dos elementos em questão. O processo de construção do patrimônio pode ser estreitamente ligado ao processo de construção territorial, considerando que a construção patrimonial é operada freqüentemente nos objetivos territoriais (territorialização, reterritorialização, desterritorialização).

(...) o território é antes de tudo a terra dos ancestrais; se nossa sociedade nômade ou multiterritorializada parece ter esquecido, em certas sociedades, a tautologia entre território e terra de sepultura dos ancestrais é clara e direta (GRAVARI-BARBAS, 2003, p. 53).

O Pantanal foi patrimonializado pela Constituição Brasileira de 1988. O processo de patrimonialização, que vem se generalizando, desenvolve-se dentro de um caráter elitista, no qual, pequenos grupos decidem qual monumento ou espaço (sítio)

receberá o título de patrimônio e, a partir de então, incitam a população local a buscar a concreção de tal “empreendimento”. Acredita-se que esse processo é impulsionado mais pelo fator econômico, visto que um “patrimônio” sempre se traduz em valorização espacial, muitas vezes elevado à categoria de atrativo turístico.

Entretanto, segundo Anico (2004), o processo de patrimonialização também estaria promovendo resgates do passado como uma reação às tendências de homogeneização cultural, promovidas pela globalização. A autora destaca que o patrimônio surge com o advento das sociedades modernas, como um artifício voltado para o fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico. Define ainda o patrimônio como uma síntese simbólica de valores identitários que contribuem para um sentimento de pertencimento e de identificação de um coletivo social.

Na mesma linha, Veiga (1999), ao analisar o que denomina “face territorial do desenvolvimento”, admite a crescente evidência de que, na atualidade, é nos patrimônios natural e cultural que se situam as principais vantagens competitivas dos espaços rurais. Para o autor, o desenvolvimento rural, em sua etapa mais avançada, depende muito mais das possíveis maneiras de tornar rentável a preservação de peculiaridades naturais e culturais, do que da exploração dos velhos trunfos baseados na exploração da fertilidade dos solos, ou no aproveitamento de vantagens de localização industrial.

Paralelamente à generalização do processo de patrimonialização, as áreas rurais têm sido cada vez mais valorizadas pela sua função ambiental. De territórios essencialmente entendidos como produtores de alimentos passam a ser vistos, social e institucionalmente, como áreas de reserva ambiental. Portanto, áreas a serem protegidas, para as quais são aconselhadas somente práticas econômicas vistas como não danosas ao meio natural, como mais “harmônicas” na relação sociedade-natureza. Dentre estas se encontram algumas atividades extrativistas, ou mesmo de criação ou de cultivo, com manejos extremamente controlados, de forma a não interferir substancialmente na reprodução natural do meio. Mas são mais destacadas as atividades de serviço voltadas para o grande público urbano, como as diversas modalidades, não predatórias, de turismo, tais como o chamado ecoturismo, ou turismo ecológico, o turismo rural, o de contemplação, o de aventura, etc.

Esta nova percepção do rural é derivada, basicamente, de uma população citadina, que, desenvolvendo maior sensibilização pelas questões ambientais, passa a

atribuir valores aos elementos naturais, resgatando, assim, uma visão estetizante do meio rural. Na visão dos urbanos, “o ambiente é a natureza e a natureza é o campo” (MATHIEU & JOLLIVET, 1989, p. 11). Essa redefinição e ressignificação das paisagens rurais, como um fenômeno relativamente recente, se consolida na Europa, em especial na França.

Alphandéry (2001), ao discutir o avanço da sensibilização ambiental na França, admite que o cidadão francês passe a buscar no campo os valores de equilíbrio, os laços de proximidade com a “natureza”. As paisagens são tomadas como espaços de uso. Essa apropriação do espaço rural, por grupos ou instituições, inclui a produção de lugares, de paisagens, ou mesmo de espécies vegetais ou animais.

No Brasil toma forma, quando a sensibilização ambiental, mais aguçada entre os urbanos, promove novas percepções do que seja um ambiente natural. Três grandes biomas brasileiros foram eleitos, pelo processo de construção da sensibilização ambiental, como detentores da supremacia ecológica do país, tornando-se alvos de críticas, opiniões, e, conseqüentemente, principais objetos das políticas públicas de defesa do meio ambiente: a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal Mato-Grossense.

Quando a abordagem territorial substitui, gradativamente, a abordagem regional, partes desses grandes biomas, muitas vezes traduzidas em regiões, conseguem se estabelecer enquanto territórios, com características e vontades próprias. Pode-se afirmar que o território adquire uma “alma”, alcançando, assim, certo destaque e autonomia.

A sensibilização ambiental, aliada à abordagem territorial, contribui para a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, e, conseqüentemente, atenua a dicotomia espacial entre o campo e a cidade. Nesse sentido, algumas experiências, tidas como inovadoras, têm conquistado espaço. Aqui será tratada a experiência do Parque Natural Regional do Pantanal, em Mato Grosso do Sul.

5. O PARQUE NATURAL REGIONAL DO PANTANAL

Paralelamente às políticas públicas e em reação à crise agrária brasileira e às ameaças de desapropriação de suas terras com objetivos de reforma agrária ou de proteção ambiental, grupos de proprietários fundiários do Pantanal vêm se organizando. Uma das maiores inquietações deles se expressa na conjuntura do mercado da carne no Brasil que sempre os coloca em desvantagem em relação aos produtores de carne do

planalto, ou seja, das áreas especializadas em engorda dos bezerros provenientes da planície. Nesse sentido, os pecuaristas do Pantanal tornam-se reféns de seus concorrentes das áreas mais modernizadas. Estas áreas - o planalto circundante ao Pantanal em território brasileiro, em especial o Oeste paulista - apresentam-se mais adequadas à etapa da engorda por uma série de motivos, podendo ser destacados: 1) não são classificadas como áreas de especial valor ecológico, portanto limitante de muitas práticas, como é o caso do Pantanal; 2) não estão sujeitas ao ciclo de enchente-vazante; 3) reúnem maior progresso técnico-científico; 4) localizam-se próximas aos frigoríficos e ao mercado consumidor em geral; e, 5) são servidas por sistemas mais eficientes de escoamento de produção.

Por outro lado, concomitante às crises vivenciadas pelos pecuaristas do Pantanal, o continente europeu, um dos mais importantes mercados consumidores de carne bovina, vivenciava as ameaças da chamada “doença da Vaca Louca”, que causou grande impacto à pecuária bovina européia, sobretudo a do Reino Unido e da França, provocando imensos prejuízos financeiros e, inclusive, de vidas humanas⁸. Aliada aos problemas apresentados por essa e outras enfermidades que possam afetar os rebanhos bovinos, a corrente “verde” expressa pelo movimento ambientalista, muito atuante em países ricos do hemisfério norte, vem prescrevendo o consumo de alimentos mais livres de insumos agrotóxicos e, para o caso de alimento de origem animal, que os indivíduos a serem direcionados ao abate não sejam submetidos a procedimentos considerados agressivos, não naturais, e que sejam alimentados de preferência com pastagem natural, sem a adição de nutrientes artificiais ou de origem animal.

Em um contexto de disputa de sentidos do que realmente seja uma problemática ambiental e diante da emergência de processos de estabelecimento de áreas protegidas no mundo e de patrimonialização da natureza, nasce, em 2002, o Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP). É o resultado da organização de um grupo de fazendeiros do Pantanal inspirado na experiência francesa de parques naturais regionais.⁹

⁸ A “Vaca Louca” ou a BSE (sigla de Encefalopatia Bovina Espongiforme, em inglês) ocorre em muitas espécies diferentes e é invariavelmente fatal. Não é passível de tratamento e é de difícil diagnóstico. Muitas vezes não é possível dizer se um indivíduo está infectado até que os sintomas finais comecem a manifestar-se. A Doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD) é um tipo de encefalopatia espongiforme transmissível que ocorre em seres humanos (Informações obtidas em boletim da The Vegetarian Society UK, extraído em 11/09/2003 do site <http://www.ivu.org/portuguese/trans/vsuk-bse.html>).

⁹ Um panfleto de divulgação do PNRP apresenta a seguinte definição: “Um **Parque Natural Regional** é uma modalidade de Unidade de Conservação desenvolvida na França para proteger territórios rurais frágeis, ameaçados pela forte pressão urbana e por tendências de exploração econômica inadequada.

Trata-se de um consórcio estabelecido entre proprietários rurais do chamado Pantanal do Rio Negro (Pantanal Sul – Bacia do rio Negro - abrangendo as sub-regiões: Pantanal da Nhecolândia, Pantanal de Aquidauana, Pantanal de Miranda e Pantanal do Abobral). O PNRP resultou de um projeto de cooperação técnica bilateral entre Brasil e França e deveria funcionar como uma experiência-piloto para o Brasil. Recebe o nome de “parque”, mas não se trata de uma unidade de conservação conforme o sentido expresso pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), mas de uma organização de bases territoriais que propõe o “uso sustentado” dos recursos sócio-ambientais.

A área inicial do PNRP abrangia em torno de 20% do Pantanal de Mato Grosso do Sul, aproximadamente cinco milhões de hectares, tendo como especificidade a não desapropriação das fazendas e a adesão voluntária de seus proprietários. Há informações de que a iniciativa partiu dos próprios fazendeiros da região que, sentindo-se ameaçados pelo êxodo rural¹⁰, pelo desmatamento¹¹, pelo turismo desordenado e pela ocupação das terras por organismos internacionais, pela política agrícola, pela globalização, organizaram-se em associações, uniram-se ao governo estadual e criaram o Instituto do Parque do Pantanal (IPP), órgão destinado a gerenciar o PNRP.

Informações obtidas junto ao IPP apontam que o PNRP teria o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável na planície pantaneira na forma institucional de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil”, prevendo o fortalecimento da economia do Pantanal, com a introdução de novas tecnologias para aproveitamento sustentável da cadeia alimentar (da carne, na produção de “orgânicos”), apoio ao ecoturismo e a valorização da cultura, através de programas de educação, saúde, conservação do patrimônio histórico e artístico, profissionalização dos jovens, pesquisas e geração de técnicas sustentáveis.

Caracteriza-se principalmente por apoiar-se num sistema de definição e gestão partilhada das formas de ocupação do território, a partir dos interesses primeiros dos próprios moradores da região”.

¹⁰ O êxodo rural vinha se dando por falta de estímulo à manutenção da propriedade. Alguns fazendeiros, ou seus herdeiros, não vislumbrando condições de manterem a tradicional atividade de pecuária, chegaram a abandonar suas propriedades. Outros as venderam para indivíduos ou grupos externos, inclusive para ONGs (Organizações Não Governamentais) conservacionistas.

¹¹ O desmatamento realizado no Pantanal, em sua maior parte, trata-se de iniciativa dos próprios fazendeiros, alguns orientados por assistência técnica, que objetiva ampliação das áreas de pastagem, com a introdução de espécies exóticas, nas localidades menos suscetíveis a inundações, as chamadas “cordilheiras”, onde, naturalmente se apresenta uma cobertura vegetal mais densa, típica de cerrado. Essas “cordilheiras” funcionam como abrigo sombreado para a abundante fauna pantaneira e, também, para os bovinos, sobretudo nos horários de calor mais intenso.

Além das inovações tecnológicas programadas para a atividade pecuária, outros projetos eram previstos, visando a uma multifuncionalidade do campo pantaneiro, envolvendo o incremento da atividade turística e a valorização da cultura. Essas novas práticas e tecnologias dessa “pluriatividade” proposta certamente poderiam traduzir-se em mudanças substanciais nas condições de reprodução da pecuária pantaneira, interferindo, inclusive, nas formas tradicionais de reprodução cultural e de sociabilidade existentes na região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na França, os parques naturais regionais ocupam uma função essencial nos dispositivos atuais de ordenamento e construção dos territórios. Para Alphanbéry (2001), desde o início dos anos 1980, a multiplicação de parques naturais regionais e de eco-museus ou o renascimento das “labellisations”¹² de produtos de *terroir*, conduzem o patrimônio para o desenvolvimento local.

A crise ambiental mundial suscitou a assinatura de numerosas convenções internacionais evocando a importância da preservação do patrimônio natural para lutar contra a erosão da biodiversidade. Alphanbéry (2001) admite que a criação dos Parques naturais regionais na França, em 1967, introduziu a noção de patrimônio natural no direito francês. Para o autor, esse patrimônio natural designaria uma parte das espécies (ditas de interesse patrimonial) e os *habitats* naturais cujo inventário e a conservação estão no âmago das políticas da natureza. Também incluiria, por outro lado, as paisagens cuja definição se encontra cada vez mais ampla, sendo exaltadas pelas políticas públicas daquele país. Segundo Bernadette Lizet, citada por Alphanbéry, “é a paisagem constituída pela atividade humana na longa história que permitiu fazer a articulação entre as noções de patrimônio natural e cultural”. A paisagem aparece assim como um objeto híbrido, relevante de mecanismos naturais e sociais, uma disputa de conflitos e um modo de gestão local da natureza nas coletividades rurais marcadas pelo desaparecimento das sociedades camponesas. A estetização dos lugares à qual procede a paisagem conduz à “composição simbólica de um espaço tornado funcional” no momento em que a agricultura se uniformiza (ALPHANBÉRY, 2001, p. 524).

¹² *Labellisation*, processo de etiquetagem de produtos com a impressão da marca de origem.

Alphandéry (2001) ainda se interroga se a patrimonialização da natureza e da paisagem pode ser produtora de laços de pertencimento aos lugares e também vetora da construção de espaços de discussão permitindo, assim, aos habitantes e usuários do espaço rural a pensarem juntos suas relações com o território.

Para o autor, os Parques naturais regionais, são estruturas que associam normas ambientais a elementos de ordem econômica, histórica, cultural e social. A institucionalização desses recortes presume a existência de um sentimento de pertencimento dos habitantes a um território suscetível de constituir um quadro de ação coletiva. Mas sua função reside mais ainda na capacidade das entidades assim criadas em justificar a aplicação das políticas públicas e mobilizar financiamentos valorizando as diferentes facetas de um patrimônio natural que é necessário não somente salvaguardar, mas fazer conhecer. Esta imbricação de dimensões de identidade e de gestão caracteriza grande parte dos territórios rurais.

Esse dinamismo é acompanhado, todavia por problemas de coabitação entre as populações cada vez mais heterogêneas. A ruralidade é assim objeto de numerosos conflitos, através dos quais se exprime uma dificuldade crescente em definir o que é o interesse geral e a encontrar formas de administração reconhecidas por todos. (isso é a cara dos pantaneiros)

Esta questão se coloca em particular ao propósito da conservação da natureza que suscita processos de identificação aos territórios, procedimentos de gestão e de conflitos de legitimidade. Desde 1976, a promulgação de uma série de textos franceses e europeus permite às associações de proteção do meio ambiente e às diversas instituições encarregadas da natureza de fazer valer as características raras e notáveis das paisagens e das espécies naturais e a utilidade ecológica de alguns meios ameaçados (zonas úmidas, bosques, relvas secas, etc.). Evidenciar essas espécies e esses espaços, frequentemente transformados em emblemas, é participar da construção da singularidade dos lugares que contribuem à diversidade do campo.

A patrimonialização da natureza associa então um aspecto identitário, ligado à preservação das particularidades locais e um recurso para os saberes científicos mobilizados para contribuir à manutenção da diversidade dos seres vivos. A subjetivação da natureza se acompanha de alguma sorte de sua objetivação.

É evidente que essas modalidades de gestão e de negociação não são suficientes para a resolução dos conflitos no momento em que eles se afastam das concepções que se manifestam muito divergentes. Mais ainda, a existência desses procedimentos supõe uma vontade prévia de mudanças entre os atores de consentir em considerar outras lógicas além das suas. O caráter recorrente de alguns conflitos que dizem respeito à conservação da natureza, mostra que as condições necessárias à constituição de um espaço sustentável de debates sobre esse tema revelam-se sempre difíceis de reunir.

Nesse sentido, na atualidade, as políticas ambientais passaram a promover a redefinição da legitimidade do lugar e das práticas daqueles que reivindicam uma relação com a natureza. Concomitantemente, essa redefinição se estende também às formas de representações do território rural. No seio dessa questão se estabelece um profundo embate, no qual algumas posições são desqualificadas como arcaicas e outras são estigmatizadas como se emanassem de fora do mundo rural. Acredita-se que a sensibilização ambiental, que ora se estabelece no meio rural, seja capaz de promover a reflexão sobre questões que envolvam tanto a identidade local territorial, assim como as formas mais adequadas de gestão do território e da paisagem rural – momento em que as perspectivas do local e do global mais se aproximam.

No Pantanal, o PNRP, para cumprir sua verdadeira função, deveria proporcionar condições para o gerenciamento da aplicação das políticas públicas e mobilização de financiamentos para uma valorização do patrimônio sócio-ambiental. Entretanto, a ruralidade, conforme visto, geralmente apresenta-se como objeto de numerosos conflitos que impedem o estabelecimento democrático do interesse geral e, em consequência, não corrobora na definição de políticas e ações mais adequadas à gestão sócio-ambiental.

Assim, as disputas de sentidos, os objetivos contraditórios, os conflitos de legitimidade, que coabitam o universo pantaneiro, exprimem uma dificuldade enorme em definir o que seja interesse geral – demanda local e global – inviabilizando, assim, o estabelecimento das formas viáveis de gestão do território rico em sócio-biodiversidade.

6. BIBLIOGRAFIA

ALPHANDERY, P. *Les campagnes françaises de l'agriculture à l'environnement (1945-2000) : politiques publiques, dynamiques sociales et enjeux territoriaux.* Thèse (Doctorat) - FNSP, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut d'Etudes Politiques de Paris. Paris : 2001.

ANICO, M. *Patrimônio, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?* Disponível em: www.naya.org.ar/congresso2004/ponencias/marta_anico.doc Acesso em abril de 2005.

BANDUCCI JR., A. *Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na "Nhecolândia" (Corumbá-MS).* Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____. *Os peões de gado e a representação dos animais no Pantanal da Nhecolândia.* In: Cadernos de Campo. Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia da Universidade de São Paulo. N. 8. São Paulo, 1999. ISSN 0104-5679 (p. 107-123).

GRAVARI-BARBAS, M. *Le patrimoine territorial. Construction patrimoniale, construction territoriale : vers une gouvernance patrimoniale ?* In : **BEAUCHARD, J.** (Dir.) *Lemosaique territoriale : enjeux identitaires de la décentralisation.* Paris : L'Aube, 2003. (p. 51-67).

LEITE, E. F. *Marchas na história - comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal.* Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2003.

MATHIEU, N. & JOLLIVET, M. (Dir.) *Du rural a l'environnement : la question de la nature aujourd'hui.* Paris, L'Harmattan, 1989.

NOGUEIRA, A. X. *O que é Pantanal.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Pantanal: homem e cultura.* Campo Grande MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, 2002.

VEIGA, J. E. DA. *A face territorial do desenvolvimento.* In: Anais do 27º. Encontro Nacional de Economia. Belém, 8-10 de dezembro de 1999, p. 1301-1318.